

**A VARIAÇÃO NO USO DA PREPOSIÇÃO “EM”
NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO (MG)**

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)

cleziorob@gmail.com

Luis Ricardo Rodrigues Pires (UFOP)

luis.lettras.ufop@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute a variação no uso da preposição “em” na fala de moradores do município de Ouro Preto (MG), a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista. São, para tanto, abordados os seguintes temas: a) a variação no uso da preposição “em” na fala de moradores de Ouro Preto (MG); b) a observação do uso da preposição “ni” como uma variante da preposição “em”; c) a discussão de algumas hipóteses relativas ao surgimento da variante “ni”, à sua incorporação ao português brasileiro, bem como à estigmatização linguística da qual é alvo.

Palavras-chave: Variação. Preposição. Sociolinguística. Estigmatização.

Este artigo discute a variação no uso da preposição “em” na fala de moradores naturais da comunidade de Ouro Preto (MG) a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística Variacionista. Para tanto, são analisadas as ocorrências da preposição “em” e da preposição “ni”, utilizada correntemente no vernáculo dos falantes, com função prepositiva correspondente à desempenhada pela preposição “em”. São exemplos dos referidos usos:

(1)“... a gente ia lá em Rodrigo Silva catar topázio...” [7FSBNMA8]

(2)“...eu lembro da época que as pessoas ficavam ni praça.” [16MSBAM52]

No exemplo (1), observa-se o uso da variante “em”, conforme prescrito pela gramática normativa. Em (2), observa-se o uso da variante “ni”, realizada com relativa frequência na oralidade. Em ambos os casos, ocorre a introdução de adjunto adverbial; item sintático geralmente introduzido por preposição, que representa a expansão do sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio. A variante “ni”, embora tenha seu uso restrito à oralidade, por se tratar de uma variante não padrão, é encontrada em alguns textos escritos, principalmente por escolares, fator que pode ser explicado como possível efeito da interferência da fala no processo de aquisição da linguagem escrita.

Foram identificados alguns estudos desenvolvidos por pesquisadores que tomam como objeto de investigação a variação no uso das formas “em” e “ni” nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, os quais constataram que tal variação é condicionada por fatores linguísticos e sociais. Ferrari (2009), ao tratar da variação na comunidade do Morro dos Caboclos (RJ) a partir dos preceitos teóricos da semântica cognitiva, da sociolinguística variacionista e da teoria de redes sociais, identificou que o uso da forma “ni” é motivado, sobretudo, por fatores pragmáticos. Descartou-se, a partir da análise, a influência de fatores extralinguísticos. Paes (2013), ao analisar a comunidade de Vitória da Conquista (BA), constatou que, além de fatores linguísticos, como valor semântico e gênero do sintagma, é também relevante o fator extralinguístico escolaridade para a realização da variante “ni”. Por fim, Albuquerque e Nascimento (2013), ao analisarem dados de fala de algumas cidades do interior do Sergipe, pressupõem que o uso da forma “ni” seja favorecida por fatores linguísticos, como substantivo próprio após o locativo e complemento verbal próximo, além de fatores extralinguísticos, como gênero feminino, faixa etária avançada e baixo nível de escolaridade.

Embora se trate de uma pesquisa quantitativa, também se julgou importante verificar na literatura linguística algumas hipóteses sobre o surgimento e incorporação da variante “ni” ao português brasileiro. Assim, julgamos procedentes as teorias aventadas a seguir, nos seguintes trabalhos:

1. Cunha (1960) supõe que a forma “ni” tenha surgido em função do paradigma do grupo simétrico de/do/da, ao qual se assemelhou o grupo assimétrico em/no/na. Dessa forma, tem-se no lugar do “em” a forma “ni”. Embora seja uma hipótese bastante plausível, pouco se discute a respeito.

2. Carvalho e Nascimento (1984), ao discutirem os metaplasmos por transposição, lançam luz sobre outra possibilidade. Os autores afirmam que “os metaplasmos por transposição podem-se dar por deslocação de fonema ou de acento tônico da palavra”. Assim, no caso da “metátese”, que é a transposição de um fonema na mesma sílaba, podem ocorrer deslocamentos como: pro > por; semper > sempre; inter > entre.

Assim, por analogia, pode-se pressupor que a forma “ni” tenha se originado a partir da metátese da forma “em”. Na oralidade do português brasileiro, inúmeros são os casos de metátese, os quais não devem ser concebidos simplesmente como erros gramaticais ou como desvios no processo de aquisição da linguagem. Conforme aponta Hora (2007, p. 178):

A metátese, processo que, em algumas línguas, envolve uma inversão na ordem linear dos sons sob certas condições, sempre foi considerada como sendo um fenômeno irregular, esporádico e restrito a erros de fala ou à linguagem da criança. A análise de manuscritos dos séculos XVII a XXI, entretanto, com a perspectiva de um estudo da fonologia diacrônica do português brasileiro, evidencia a metátese como um fenômeno muito mais produtivo na língua do que se supõe.

3.Outra hipótese, proposta por Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009), ao tratar dos mecanismos de expansão linguística envolvidos na transmissão irregular, considera a possibilidade de empréstimo linguístico a partir da aquisição de um crioulo de base lexical portuguesa por africanos recém-chegados ao Brasil.

Os autores, na obra *O Português Afro-Brasileiro*, consideram a incorporação da forma “ni” ao português brasileiro resultado do contato linguístico entre as diversas comunidades de fala presentes no Brasil durante o processo de colonização do território. No contexto de formação do português brasileiro, é significativa a contribuição dos indígenas que aqui habitavam e, sobretudo, dos negros trazidos da África. A contribuição desse último grupo reflete-se não só no plano lexical, mas também nos planos fonético-fonológico e morfossintático.

Tratando, especificamente, da incorporação da variante “ni” ao português brasileiro, os referidos autores tecem uma importante observação:

Outros exemplos ocorrem quando uma mesma preposição provinda da L-sup passa a desempenhar funções que na L-sup são desempenhadas por duas ou mais preposições. Tal é o caso da preposição ni (< port. em), que indica tanto localização (“lugar onde”) como direção (“lugar para onde”) no português dos tongas e em variedades L2 do português de Angola (BAXTER, 2003) e Moçambique (GONÇALVES, 1996, 2004 *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 114-115).

Lucchesi (2001), ao discutir a polarização da realidade sociolinguística brasileira, destaca que o processo de imposição da língua portuguesa a centenas de línguas indígenas e africanas, então faladas no território brasileiro, foi fator preponderante para a aquisição de uma língua deficitária por parte das camadas menos privilegiadas. Essas classes não viam função no aprendizado do português, uma vez que seu uso era restrito a situações formais. Em contrapartida, as camadas mais abastadas concebiam a língua como um laço com Portugal e, conseqüentemente, com toda a Europa, sendo seu correto uso um ato meritório, restrito apenas às elites. O português brasileiro, desde a sua gênese, sofre esse efeito polarizador, tendo de um lado um uso culto da língua e de outro, um uso popular.

Assim, configurou-se um quadro de intenso contato linguístico, no qual diversas línguas eram faladas em situações informais e o português era a língua oficial, que deveria ser obrigatoriamente assimilada por nativos e escravizados. Tal assimilação ocorria de forma espontânea, sem qualquer preocupação com as alterações que se davam na estrutura da língua. Logo, inúmeras foram as contribuições advindas do contato linguístico para a formação do português brasileiro, o que nos leva a tomar como referência neste trabalho a proposta de Lucchesi, Baxter & Lopes (2009).

Poder-se-ia, ainda, pressupor a incorporação da variante “ni” como resultado do contato linguístico do português brasileiro com outras línguas, como o japonês, idioma em que a forma “ni” desempenha função prepositiva semelhante à da forma “em”. Outras línguas, como o francês e o espanhol, também apresentam a forma “ni” em suas gramáticas. No entanto, desempenhando a função conjuntiva, equivalente à forma “nem” no português brasileiro.

Contudo, é sabido que o contato do português brasileiro com essas línguas não foi tão intenso e duradouro como aquele estabelecido junto às línguas de origem africana. Embora no processo de colonização do Brasil, junto aos portugueses, tenham adentrado e se estabelecido em território brasileiro povos de diversas origens, é registrado um expressivo contingente de negros, que em alguns momentos chegam a representar mais da metade da população brasileira. No apogeu do Ciclo do Ouro, registra-se no território de Minas Gerais, de acordo com o que afirma Holanda (2001), uma população de 96.000 habitantes de origem ou descendência africana.

Dessa forma, o contato entre as línguas do grupo africano e o português brasileiro – este ainda em processo de formação, já que à língua trazida da Europa foram sendo acrescentados elementos de origens diversas (vale a pena lembrar as contribuições de línguas como o árabe, o francês e as línguas indígenas ao português brasileiro) – possibilitou a incorporação de itens linguísticos de diversas naturezas ao português brasileiro. Conforme aponta Yeda Pessoa de Castro (2005, p. 5):

Iniciado o tráfico entre Brasil e África, já na primeira metade do século XVI observou-se a confluência de línguas negro-africanas com o português europeu antigo. A consequência mais direta desse contato linguístico e cultural foi a alteração da língua portuguesa na colônia sul-americana e a subsequente participação de falantes africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas do Brasil.

É, também, de fundamental importância refletir sobre como se deu o contato do africano recém-chegado à colônia com a língua falada. Na

maioria das vezes, os escravizados aprendiam a língua de modo superficial, restringindo seu uso às situações de comunicação com os seus senhores. Assim, houve uma assimilação precária do português europeu, doravante PE, o qual era ensinado às novas levas de africanos que paulatinamente adentravam o território brasileiro. Na ausência de uma gramática, já que todo o processo de ensino-aprendizagem se dava através do meio oral, ocorriam alterações que foram se incorporando à estrutura do português brasileiro.

Desse modo, considerando as inúmeras contribuições dos africanos na constituição da língua e da cultura brasileira, tomamos como hipótese principal, neste trabalho, a transmissão linguística irregular como fator responsável pela incorporação da forma “ni” ao português brasileiro.

É importante destacar a estigmatização linguística sofrida pela variável “ni”, já que se trata de uma variante não padrão, portanto, alvo de rejeição por grande parte dos falantes, mesmo aqueles que a realizam em sua fala espontânea. Conforme propõe Tarallo (1986, p. 9), as variantes podem ser classificadas a partir dos seguintes caracteres: padrão/não padrão, conservador/inovador, de prestígio/estigmatizado. Neste trabalho, a forma “ni” será analisada como uma variante não padrão e estigmatizada. Já com relação ao seu caráter conservador/inovador, acreditamos tratar-se de uma questão a ser discutida em um estudo específico, já que demandaria a incursão no campo da linguística histórica, subárea que não é abordada nesta pesquisa.

A análise em questão nasceu a partir do entendimento de que as formas em uso no português brasileiro, sobretudo aquelas que passam pelo fenômeno da variação linguística, devem ser registradas a fim de fornecer bases para futuras pesquisas que tenham correlação com o assunto. É de suma importância, também, a constituição de um inventário dos usos linguísticos em voga que, por sua vez, integram a memória do português brasileiro. Assim como os registros realizados pelos atlas linguísticos, as pesquisas sociolinguísticas contribuem significativamente para os estudos de variação e para conhecimento da estrutura do português brasileiro.

Nessa perspectiva, pensa-se a língua como expressão da identidade de seus falantes enquanto membros de uma mesma comunidade linguística. Calvet (2002, p. 116), ao discutir tal conceito, destaca que Labov “considerava a comunidade linguística não como ‘um conjunto de falantes empregando as mesmas formas’, mas como ‘um grupo de falantes que têm em comum um conjunto de atitudes sociais para com a língua’”.

Dessa forma, enfatiza-se ainda mais o caráter da língua como elemento constituidor da identidade de um povo. Para além da sua função comunicativa, a língua espelha atitudes, valores e visões de mundo de seus falantes.

A escolha pela comunidade de Ouro Preto (MG) deve-se à sua importância no cenário histórico e artístico nacional. A cidade, fundada no auge da exploração aurífera, figurou como protagonista em notáveis acontecimentos históricos, como a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira, sendo, inclusive, capital do estado de Minas Gerais até o fim do século XIX, ocasião em que a cidade sofreu um grande esvaziamento populacional devido à mudança da administração estadual para a cidade de Belo Horizonte.

Ouro Preto (MG) é internacionalmente reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, título concedido pela Unesco no ano de 1980. Tal título é fruto de sua participação na constituição da nação brasileira e do importante conjunto arquitetônico barroco que se encontra instalado na cidade, configurando um legítimo museu a céu aberto. Importante destacar que, mesmo sendo uma cidade detentora de meritória história, foi apenas com a vinda dos modernistas à cidade que nasceu a proposta de valorização e divulgação da cultura e da arte ouro-pretana. Assim, Ouro Preto (MG) projetou-se no cenário artístico e histórico mundial.

São relevantes para este estudo, sobretudo, alguns aspectos relativos à composição da população de Ouro Preto (MG). No papel de grande centro minerador, a cidade recebeu expressivo contingente de africanos que para aqui foram trazidos a fim de trabalhar na extração mineral. Assim, formou-se uma comunidade na qual há predomínio da população negra, o que tem como consequência não apenas a manutenção de tradições e costumes de origem africana – como a existência de irmandades de santos de origem negra e de festas tradicionais como congado e folia de reis –, mas também forte influência no perfil linguístico dos falantes da comunidade. São perceptíveis algumas peculiaridades na fala de alguns moradores de Ouro Preto (MG), incluindo nestas o uso da forma “ni”, objeto deste estudo.

No quadro a seguir, observa-se o predomínio da população negra e parda no município de Ouro Preto, as quais juntas representam mais do que o dobro da população branca. A título de comparação, seguem os dados referentes à população brasileira, a qual apresenta equivalência entre o número de habitantes brancos e habitantes negros e pardos.

	Cor ou raça						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	190.755.799	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	36.051
Ouro Preto (MG)	70.281	22.572	10.363	939	36.147	261	-

QUADRO 1 – População residente por cor ou raça. Fonte: IBGE (2010)

Ainda na perspectiva da sociolinguística, é interessante observar a constante influência que a comunidade sofre em decorrência da presença de turistas. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, a cidade recebe em média 30.000 visitantes/mês, o que contribui de forma expressiva para o desenvolvimento da economia local, além de propiciar intenso intercâmbio cultural entre os envolvidos na atividade turística. O turismo destaca-se como principal atividade econômica, estando grande parte dos ouro-pretanos envolvidos com algum serviço dessa natureza. É inegável que o frequente contato com o elemento exterior contribua para a mudança do perfil da população, o que reflete, também, no perfil linguístico dos moradores.

A escolha da variável analisada nesta pesquisa se deu após período de observação impressionística, quando fora constatado que os itens “em” e “ni” são utilizados correntemente, na oralidade, pelos falantes residentes na sede do município de Ouro Preto (MG), enquanto variantes co-ocorrentes. Também foram identificadas na literatura pesquisas sobre o uso da forma “ni” em outros estados brasileiros, conforme já discutido anteriormente.

Faz-se também importante o estudo em questão, considerando a contribuição que este proporcionará àqueles já concluídos, além dos estudos sobre a variante “ni” e sobre a fala ouro-pretana que ainda não de se realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Davi Borges de; NASCIMENTO, Aurelie Marie Franco. O locativo ni na fala sergipana: uma interpretação à luz do contato de línguas. *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*, Itabaiana, vol. 19, n. 2, p. 99-110, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1315/1165>>. Acesso em: 25-10-2013.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura da Cidade do Salvador. (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>>. Acesso em: 22-10-2014.

FERRARI, Lílian Vieira. Variação Linguística, Cognição e Redes Sociais. *Neue Romania*, Berlin, vol. 39, p. 67-93, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 17. reimp. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

HORA, Dermerval; TELLES, Stella; MONARETTO, Valéria N. O. Português brasileiro: uma língua de metátese? *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, vol. 42, n. 2, p. 178-196, set. 2007. Disponível em: <<http://revistasaletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/2799/2138>>. Acesso em: 8-07-2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt>>. Acesso em: 26-07-2015.

_____. *Sistema IBGE de recuperação automática*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14-07-2015.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, vol. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502001000100005&script=sci_arttext#nt07>. Acesso em: 10-05-2014.

_____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAES, Maria Bethânia Gomes. *A preposição ni em Vitória da Conquista*:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

usos e avaliação do falante. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem). – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Pesquisa de demanda turística*. Relatório mensal, junho/2014, Ouro Preto (MG). Disponível em: <[http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal do turismo 2014](http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_turismo_2014)>. Acesso em: 20-05-2014.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.